



JUDICIÁRIO

Nossa Senhora é o novo cabo de guerra no STF

Fachin decide adiar a análise de decisões divergentes de ministros sobre postagens que associam Flávio Bolsonaro a proposta de retirar da santa o título de padroeira do Brasil. TSE, porém, pauta para hoje julgamento a respeito do assunto

» RENATO SOUZA
» DANANDRA ROCHA

Nossa Senhora Aparecida virou motivo de nova turbulência entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Magistrados da Corte — que vivem embeate por causa do escândalo do Banco Master — agora têm no caso envolvendo a santa outro ponto de discórdia, com direito a batalha de decisões monocráticas. No centro da nova controvérsia estão postagens em redes sociais que associam o candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, a projeto que visa retirar da santa o título de padroeira do Brasil.

A análise, no plenário do STF, sobre manter ou não as publicações estava prevista para hoje, mas o presidente da Corte, Edson Fachin, resolveu não pautar o julgamento.

A situação teve início com rumores de que integrantes da bancada evangélica da Câmara dos Deputados tentaram desarquivar um projeto de lei que prevê a revogação do título. Nas redes sociais, internautas fizeram ligação com Flávio, caso ele vença as eleições. Sentindo-se prejudicado, o candidato ingressou com ação na Justiça Eleitoral para exigir a remoção das publicações.

O primeiro pedido feito pelo senador se referiu ao humorista Antonio Tabet, que postou: “A família miliciano odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida”.

O ministro André Mendonça, vice-presidente do TSE, atendeu ao pedido da defesa do presidencialismo e determinou a retirada da postagem de Tabet e de todas as outras relacionadas ao tema.

Dois dias depois, o ministro Flávio Dino, do STF, derrubou a decisão de Mendonça e permitiu a retomada das postagens, sob o argumento de que a ordem violava a liberdade de opinião e de manifestação.

A crise ganhou novos contornos quando o ministro Luiz Fux, atuando em uma outra ação de

Cancelamentos

Nas últimas semanas, desde que a crise eclodiu dentro do STF, Fachin vem cancelando sessões do plenário, a fim de evitar novos duelos entre os magistrados. Fontes ligadas aos magistrados ressaltam que o ambiente não foi distensionado e que ainda existe um clima de guerra no tribunal.

sua autoria, suspendeu a decisão de Dino, impondo novamente a derrubada das publicações.

No plenário, o caso promete provocar novo embeate, em uma Corte já desgastada pelo escândalo do Banco Master, no qual vários magistrados foram citados como tendo relações próximas com Daniel Vorcaro, dono da instituição suspeita de fraudes.

De acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**, a decisão de Fachin de não debater o caso agora no colegiado se deve ao risco de novos confrontos entre magistrados.

Na sessão para analisar se a Corte abriria investigação contra o ministro Alexandre de Moraes, por suposto envolvimento com Vorcaro, o país assistiu a cenas de ânimos exaltados, ataques pessoais entre os ministros e críticas à forma como Fachin decidiu conduzir o caso.

Uma das hipóteses que estão sendo estudadas pelo presidente do STF é fazer com que o caso seja decidido pelo TSE antes de ser analisado no Supremo. A avaliação é de que na Corte especializada o assunto seria alvo de menos tensão, pois o plenário da Justiça Eleitoral tem composição diferente, embora conte com ministros em comum.

Ontem à noite, o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, decidiu colocar em julgamento, hoje, a decisão de Mendonça. O caso será analisado em plenário virtual.

Antonio Augusto/STF



Ministros do Supremo estão em pé de guerra desde que investigações da PF mostraram suposto envolvimento de magistrados com dono do Master

» Fortalecimento de instituições

O presidente do STF, Edson Fachin, afirmou, ontem, que as “instituições não se fortalecem para si mesmas, mas para servir”. “É isso que estamos fazendo”, completou. A declaração ocorre em meio à crise de credibilidade enfrentada pela Corte, com a revelação de supostas ligações de ministros com o dono do Master, Daniel Vorcaro, e decisões divergentes sobre o caso de Nossa Senhora. No discurso na 15ª Sessão Ordinária, em que completa um ano à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele fez um balanço da gestão.

Entenda o caso

Disputa entre ministros

25/9

» O ministro André Mendonça, do TSE, determinou a retirada de publicações que relacionavam Flávio Bolsonaro à suposta intenção de retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. A decisão também atingiu conteúdos que reproduziam ou repercutiam a informação. Entre as postagens estava a do humorista Antonio Tabet, que escreveu no X: “A família miliciano odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida”.

27/9

» Dois dias depois, o ministro Flávio Dino, do STF, atendeu a um pedido de Tabet e suspendeu a decisão de Mendonça. Com isso, determinou o restabelecimento das publicações. O magistrado afirmou que não identificava, no conteúdo analisado, elementos suficientes para justificar

a retirada das postagens e apontou restrições à liberdade de expressão e à liberdade religiosa.

28/9

» Depois da decisão, Dino pediu ao presidente do STF, Edson Fachin, que sua decisão fosse submetida ao plenário da Corte.

» A medida ocorreu em meio a uma discussão sobre os limites de atuação do STF sobre decisões tomadas pela Justiça Eleitoral. O presidente do TSE, ministro Nunes Marques, manifestou preocupação com uma possível interferência na competência da Justiça Eleitoral durante o período eleitoral.

» Na noite de segunda-feira, o ministro Luiz Fux suspendeu a decisão de Dino e restabeleceu a determinação de Mendonça para a retirada das publicações. Ele também determinou que sua decisão seja submetida ao plenário do STF.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

O discípulo do Conde Koma, as eleições e a dimensão da crise do Supremo

Mitsuyo Maeda, o Conde Koma, nasceu no Japão em 1878 e fez da luta uma profissão itinerante. Formado no judô de Jigoro Kano, percorreu países demonstrando técnicas e enfrentando adversários de diferentes modalidades. Chegou ao Brasil em 1914 e passou por Manaus em dezembro de 1915, com apresentações no Teatro Polytheama. Seus desafios ajudavam a divulgar uma arte marcial na qual técnica, equilíbrio e alavancas permitiam superar a força bruta.

Foi em Belém que Maeda encontrou Carlos Gracie, responsável por transmitir seus ensinamentos aos irmãos. Hélio, que aprendeu sobretudo no ambiente familiar, tornou-se um dos principais responsáveis pelo aperfeiçoamento e pela divulgação do estilo brasileiro, com ênfase no combate no chão. Carlos organizou o ensino; Hélio projetou a eficácia das técnicas nos desafios. Filhos, sobrinhos e discípulos ampliaram essa escola. Décadas depois, Royce Gracie levou suas finalizações aos primeiros torneios do UFC, enquanto academias espalhavam pelo mundo o jiu-jítsu brasileiro.

Entre os praticantes mais ilustres do esporte está Luiz Fux. Discípulo de Osvaldo Alves desde a juventude, o ministro do Supremo Tribunal Federal recebeu em Manaus, em 2019, a faixa vermelha e branca, correspondente ao oitavo grau. Uma graduação que resulta de mais de 50 anos de treinamento. Fux cultivava a disciplina, o autocontrole e os valores transmitidos pelo jiu-jítsu. Agora, porém, trocou o tatame por um octógono institucional: tornou-se protagonista da guerra de liminares que atravessou o Supremo e alcançou a Justiça Eleitoral.

A escalada começou com o Banco Master. A investigação conduzida por André Mendonça, as mensagens atribuídas a Daniel Vorcaro e os questionamentos envolvendo Alexandre de Moraes expuseram divisões internas que o tribunal não conseguiu administrar nos colegiados. A abertura de informações e a disputa sobre os limites das apurações converteram divergências processuais em confrontos públicos entre os ministros. Desde então, cada novo processo politicamente sensível passou a ser interpretado à luz desse conflito,

mesmo quando possui fundamentos e objeto próprios.

O desgaste avançou sobre o reajuste do Bolsa Família e os precatórios do setor sucroalcooleiro. No primeiro caso, Mendonça rejeitou uma iniciativa no TSE por razões processuais; depois, Gilmar Mendes reconheceu a validade do aumento no Supremo. Nos precatórios, referências encontradas no material do Master a pessoas próximas de Nunes Marques ampliaram a tensão. Esses episódios não demonstram, por si, atuação coordenada de facções judiciais. Revelam, entretanto, um ambiente no qual decisões alimentam suspeitas de movimentos entre adversários.

Dimensão histórica

A crise desembocou diretamente na campanha na sexta-feira. Mendonça determinou, no TSE, a retirada de publicações que atribuíam a Flávio Bolsonaro a intenção de remover de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil. No domingo, Flávio Dino permitiu o restabelecimento

de conteúdos, invocando a liberdade de expressão. Na segunda-feira, Fux suspendeu os efeitos da decisão do colega e restaurou a ordem eleitoral até a manifestação do plenário. Em quatro dias, as plataformas receberam comandos sucessivos e contraditórios sobre o mesmo assunto.

Fux aplicou uma espécie de contragolpe: evocou o rigor empregado pelo próprio Supremo nos inquéritos sobre desinformação para questionar a liberação de uma narrativa considerada falsa pelo TSE. O argumento expõe uma cobrança de coerência. Mas o procedimento reproduz o problema que pretende conter: outra decisão individual neutraliza a anterior, enquanto o colegiado aguarda para estabelecer uma orientação comum.

Nunes Marques, presidente do TSE, levou sua reação a Edson Fachin e advertiu para o risco de captura institucional da Corte Eleitoral. A expressão mostra a profundidade da ruptura: o tribunal responsável pela votação passou a reclamar da interferência do Supremo, de onde provêm três de seus integrantes. O ativismo

monocrático voltou como um bumerangue. A expansão do poder individual, frequentemente justificada pela urgência de proteger a democracia, abriu caminho para uma disputa sobre quem pode impor sua interpretação aos demais.

A poucos dias da eleição, a impressão de que ministros estão à beira do pugilato ameaça encobrir os fundamentos de suas decisões. Não há risco de fraude eleitoral, mas há uma crise de confiança. Quando os árbitros parecem disputar o resultado, oferecem aos derrotados argumentos para contestar as regras e aos observadores internacionais motivos para duvidar da estabilidade institucional brasileira. A Corte precisa recuperar sua autoridade com decisões coletivas fundamentadas e critérios consistentes. A lição da arte suave deveria servir a Fux e aos colegas: dominar a própria força é tão importante quanto vencer um adversário. No octógono do Supremo, a legitimidade das eleições não pode acabar imobilizada. Existe uma dimensão ética e histórica que precisa ser considerada pela Corte neste momento.